

UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE
FACC – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDO RIOS DA PAZ

EDUCAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO: UMA RELAÇÃO
ENTRE COLABORADORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVO

Rio de Janeiro/RJ

2019

FERNANDO RIOS DA PAZ

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO: UMA RELAÇÃO
ENTRE COLABORADORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVO**

Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Bacharel em
Administração à Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis da Universidade Federal
do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ).

Orientador: Prof. Alexis Cavicchini Teixeira De Siqueira

Rio de Janeiro/RJ

2019

Este trabalho é dedicado aos meus pais, amigos, professores e familiares pela devoção, apoio, compreensão e, sobretudo, pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho concentra-se em analisar a saúde financeira dos funcionários de uma distribuidora de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro a partir da sua área de atuação e função dentro da empresa. Objetivo principal deste trabalho é expor a necessidade de uma boa gestão financeira nas famílias brasileiras e o grau de importância da presença de uma educação financeira desde cedo pode ser primordial para crescimento e desenvolvimento não só do indivíduo quanto do próprio mercado. O estudo aponta que a inclusão da educação financeira nos currículos escolares é uma forma de garantir maior planejamento orçamentário, principalmente de pessoas que não têm acesso à educação superior ou viés financeiro no seu ambiente de trabalho. A fim de explorar e evidenciar a carência do contato com a gestão financeira familiar e pessoal, foram entrevistados 30 (trinta) funcionários do setor elétrico, sendo 15 (quinze) técnicos de campos e (15) técnicos administrativos entre 20 e 30 anos. Mediante análise dos questionários, foi possível identificar a dificuldade de gestão financeira pessoal daqueles que não tiveram contato e/ou não trabalham com finanças e áreas afins.

Palavras-chave: Educação Financeira. Planejamento Orçamentário. Endividamento e Consumismo.

ABSTRACT

This paper focuses on analyzing the financial health of employees of an electricity distribution company in the state of Rio de Janeiro from their area of operation and function within the company. The main objective of this paper is to expose the need for good financial management in Brazilian families and the importance of the presence of a financial education from an early age can be primordial for growth and development of both the individual and the market itself. The study points out that the inclusion of financial education in school curricula is a way to ensure greater budget planning, especially for people who do not have access to higher education or financial bias in their work environment. In order to explore and highlight the lack of contact with family and personal financial management, 30 (30) electric sector employees were interviewed, 15 (15) field technicians and (15) administrative technicians between 20 and 30 years. Through analysis of the questionnaires, it was possible to identify the difficulty of personal financial management of those who did not have contact and / or do not work with finance and related areas.

Keywords: Financial Education. Budget planning. Debt and Consumerism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma do Grupo Light.....	19
Figura 2: Árvore de Cargos e Salários – Administrativo.....	20
Figura 3: Árvore de Cargos e Salários – Área Técnica Operacional.....	21
Figura 4: Endividamento das famílias brasileiras.....	27

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANEL	Agencia Nacional De Energia Elétrica
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público
CONEF	Conselho Nacional de Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
MEC	Ministério da Educação
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 TEMA.....	10
1.2 PROBLEMA.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
1.4 OBJETIVO.....	11
1.4.1 Objetivo Geral.....	11
1.4.2 Objetivo Específico.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 Educação Financeira.....	12
2.2 Educação Financeira nas Escolas.....	13
2.3 Estratégia Nacional de Educação Financeira.....	14
2.4 A importância do Planejamento Financeiro.....	16
3 METODOLOGIA.....	18
3.1 O Caso Light.....	19
4 CONSUMISMO E ENDIVIDAMENTO.....	24
4.1 As necessidades do consumidor	25
4.2 A propensão ao consumo.....	26
4.3 A expansão de crédito e o endividamento.....	28
5 POUPAR PARA PODER INVESTIR.....	30
5.1 A importância da propensão a poupar.....	30
5.2 A poupança e Investimentos de baixo risco.....	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	35
Anexo A – Pesquisa sobre Perfil Financeiro.....	38

1 INTRODUÇÃO

A alta gama de serviços bancários existentes hoje no mercado exige que o consumidor tenha um conhecimento um pouco mais aprofundado sobre o tema, o que facilita na tomada de decisões, tornando o mercado mais competitivo e, conseqüentemente, aumentando seu bem-estar.

Compõem no rol de direitos do cidadão brasileiro o acesso ao mercado e à educação financeira. Em contrapartida, como deveres o cidadão deve cumprir seus compromissos, não cometer fraudes e adquirir produtos legalizados. Para que estas obrigações sejam realizadas, informações são cada vez mais devidas sobre empréstimos e investimentos, tecnologias de acesso e comercialização de produtos e serviços financeiros. (ARAUJO; SOUZA, 2012).

No Brasil não há uma cultura de conscientizar as crianças e jovens sobre o uso responsável do dinheiro, perspectivas de investimentos de longo prazo e noções de empreendedorismo.

No sistema educacional brasileiro, a disciplina que relaciona o uso do dinheiro e finanças pessoais não é incluída no calendário escolar dos alunos. O mesmo se observa nos cursos de graduação, nos quais estas disciplinas são banalizadas, até mesmo em curso afins, como Administração e Economia, que geralmente abordam as finanças empresariais.

Os Estados Unidos possuem em seu currículo escolar obrigatório o ensino do conteúdo de educação financeira nas escolas. Já o Reino Unido disponibiliza o acesso da disciplina de forma facultativa, existindo também incentivo por parte das instituições financeiras e outros setores da economia. (AMADEU, 2009).

Lucci (2015) mencionam sobre o baixo conhecimento das pessoas sobre as finanças pessoais, tanto para produtos financeiros, quanto para investimentos apontando que o baixo nível de instrução afeta as decisões financeiras das pessoas. Entretanto, mencionam também que tais escolhas podem ser afetadas também por fatores psicológicos, físicos e sociais, fundamentados pelas emoções do indivíduo.

Dito, isto acredita-se que a educação financeira pode ter uma influência nas pessoas, conforme o grau de estudo, uma vez que as pessoas mais instruídas têm hábitos mais compatíveis com uma boa gestão das finanças pessoais, que não as permite cair em dívidas, aplicar adequadamente seus rendimentos.

Justifica-se o presente trabalho devido à falta de controle financeiro pessoal principalmente dos jovens, e como a educação financeira é importante para equilíbrio orçamentário. Negociar dívidas, calcular juros, fazer melhores opções de compras, instigar a formação de poupança e apresentar uma carteira de investimentos considerados “conservadores”, porém, que possuem um rendimento superior ao da poupança, são algumas das formas de aprimorar as finanças pessoais.

Dessa forma, a educação financeira é um assunto importante para a população de modo geral, pois atitudes saudáveis podem determinar maior estabilidade do indivíduo e da sociedade na qual está inserido. A importância de se realizar um estudo sobre esse assunto reside principalmente em tecer argumentos sobre a importância de conteúdos voltados à educação financeira nos currículos escolares, de modo que as pessoas tenham, desde cedo, orientações que permitam a organização efetiva de seu orçamento, de modo que não haja comprometimento dos seus rendimentos, bens, relacionamento familiar e até mesmo sua saúde mental com dívidas.

Entende-se a relevância de um trabalho com educação financeira nas escolas, pois se considera que esta cria uma mentalidade adequada em relação ao gerenciamento do orçamento doméstico e da própria remuneração. Acredita-se que, além de ser um motivador para o acompanhamento e administração de orçamentos, pode contribuir para uma excelente saúde financeira da pessoa que passa por esse processo educacional.

1.1 TEMA

Depois de um longo processo de redução de débitos pós-recessão econômica, o endividamento das famílias voltou a crescer e agora alcançou o maior nível em três anos, segundo dados do Banco Central. A taxa de endividamento em relação à renda acumulada em 12 meses em maio - dado mais recente - subiu para 44,04%, maior nível desde abril de 2016, quando ando foi de 44,2%. Em maio de 2018, a taxa era de 41,9%.

1.2 PROBLEMA

Devido a atual conjuntura socioeconômica no Brasil, um dos grandes problemas das famílias e trabalhadores brasileiros é a gestão financeira familiar e gestão financeira pessoal, onde não a população não tem intimidade e nem

proximidade com a educação financeira em sua formação acadêmica, o que nos leva a crer que tudo o que é aprendido neste sentido vem muitas das vezes acompanhado de experiências negativas como por exemplo nome negativado, redução de crédito, aumento de juros, dificuldade de quitação de dívidas.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Justifica-se o presente trabalho devido à falta de controle financeiro pessoal principalmente dos jovens, e como a educação financeira é importante para equilíbrio orçamentário. Negociar dívidas, calcular juros, fazer melhores opções de compras, instigar a formação de poupança e apresentar uma carteira de investimentos considerados “conservadores”, porém, que possuem um rendimento superior ao da poupança, são algumas das formas de aprimorar as finanças pessoais.

1.4 OBJETIVO

A seguir serão apresentados os objetivos, geral e específicos, que norteiam o presente estudo monográfico.

1.4.1 OBJETIVO GERAL

Discutir como profissionais ligados ao mundo financeiro em seu ambiente de trabalho, conseguem ter uma melhor gestão de suas finanças pessoais

1.4.2 OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Descrever os conceitos de educação financeira;
- Discutir e identificar a necessidade da educação financeira nas escolas brasileiras;
- Analisar qual o impacto das finanças pessoais na vida financeira dos futuros profissionais no mercado de trabalho e nas famílias brasileiras;
- Evidenciar a necessidade de um planejamento financeiro familiar;
- Destacar a relação entre consumismo e endividamento;
- Destacar a necessidade de poupar para investir;

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Financeira

A educação financeira consiste em auxiliar as pessoas a administrarem não somente suas finanças pessoais, mas também a terem o conhecimento mínimo acerca de como os seus rendimentos podem ser melhor utilizados de forma consciente. Além disso, desenvolve um senso crítico e de responsabilidade acerca do dinheiro e contribui para uma melhor formação na cidadania das pessoas, podendo resultar inclusive em comportamentos melhores de consumo. Assim a educação financeira pode ser definida segundo o Banco Central (2016) como “um processo que contribui de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”.

Kehiaian (2012), citado por Verdinelli e Lizote (2014), descreve que o termo educação financeira começou a ser abordado pela literatura no início do século XX, tendo seu primeiro livro escrito por Ellen Richards, em 1905.

Segundo a OCDE (2005), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, tal termo pode ser definido como a compreensão sobre produtos financeiros e seus riscos, a fim de otimizar a tomada de decisões, uma vez que visa que as pessoas tenham informações claras e coesas, melhorando consequentemente a sua qualidade de vida financeira, evitando que caiam em fraudes. (SAVOIA; SAITO; PETRONI; 2006).

Para Peretti (2007), a "Educação financeira é um instrumento capaz de proporcionar às pessoas melhor bem-estar, e melhor qualidade de vida." Clason (2005) *apud* Perret (2007) ainda relata que é de suma importância entender o porquê de guardar uma parte do que se ganha.

A educação financeira pode ser definida como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida. Usuários desse tipo de produto, quando devidamente instruídos, têm a capacidade lidar com as questões financeiras do cotidiano e as imprevistas, avaliar o impacto das decisões para a sua vida e a de sua família, compreender seus direitos e suas responsabilidades e ter o conhecimento de fontes confiáveis de consulta. (PINHEIRO, 2008, p. 2)

Trabalhando na perspectiva de Modernell (2012), pode-se dizer que a educação financeira tem como princípios ajudar as pessoas a desenvolverem bons hábitos de lidar com o próprio dinheiro, de modo que sua condição de vida seja melhorada.

2.2 Educação Financeira nas Escolas

Modernell (2012) destaca que, entre as ações educacionais que devem ser desenvolvidas com as pessoas, destacam-se ações simples, como pesquisar preços, pedir descontos, comparar produtos e serviços, pagar à vista, controlar as despesas, evitar desperdícios e dívidas, conhecer os direitos do consumidor, pensar no futuro, manter reservas financeiras para emergências ou oportunidades. Ao mesmo tempo, torna-se importante sempre observar as armadilhas do comércio e verificar se há realmente necessidade de realização de uma determinada compra.

Segundo as discussões realizadas por Amadeu (2009), embora no Brasil não exista um processo obrigatório para a inserção dos conteúdos de educação financeira nos currículos escolares, o Ministério da Educação (MEC) elenca um conjunto de orientações para que esses conteúdos sejam abordados dentro da abordagem escolar. De acordo com esse aspecto, é preciso que o aluno tenha a habilidade de analisar e julgar cálculos envolvidos nas operações finais, compreendendo quais opções são mais vantajosas na administração de um orçamento.

Entre tais projetos voltados para a formação do alunado da educação básica, destaca-se o Programa Nacional de Educação Fiscal, que tem objetivo de tornar os indivíduos envolvidos com o processo educacional, mais envolvidos e melhor munidos de conhecimento fiscal.

Peretti (2007), em suas argumentações, destaca que a educação financeira nas escolas brasileiras é algo que ainda deixa muito a desejar. Geralmente, segundo o ponto de vista desse autor, a escola não tem cumprido a função de educar as pessoas financeiramente e, desta forma, quando se tornam adultas e passam a gerir o próprio orçamento, não apresentam um controle de gastos, o que conduz ao endividamento.

Seguindo ainda as discussões de Amadeu (2009), é importante a inclusão da educação financeira no sistema oficial de ensino. O atendimento a essa demanda deve ser feito principalmente tomando como referência a formação dos profissionais que atuam no ensino.

2.3 Estratégia Nacional de Educação Financeira

A Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, consiste em um conjunto integrado de ações, desenvolvidas em todo o território nacional de modo que sejam feitas atividades que envolvam a formação da cidadania no que se refere aos conhecimentos provenientes do planejamento financeiro.

Pinheiro (2008) alerta que é fundamental que os cidadãos sejam devidamente instruídos no que se refere à melhoria do processo de gestão de seus recursos financeiros, uma vez que é preciso assegurar que todos tenham acesso a serviços financeiros mas também é fundamental que seja oferecido ao cidadão o conhecimento necessário para escolher entre as opções, aquela que lhe trará melhores benefícios.

Pinheiro (2008) ressalta de que no Brasil, a educação financeira sempre se pautou em ações isoladas e fragmentadas. Esse autor ressaltou sobre a importância de desenvolvimento de um processo de educação financeira integrada ao sistema formal de ensino.

A importância de se desenvolver uma ENEF é o perfil atualmente manifestado pelo brasileiro, uma vez que pesquisa de educação financeira realizada no ano de 2010 revelou que 36% do público brasileiro assume o perfil de gastador e apenas 31% tem o perfil de guardar dinheiro para a aposentadoria. O perfil do brasileiro, com uma significativa quantidade de pessoas que comprometem grande parte da renda com consumo e pequena parcela que se preocupa em poupar é algo preocupante uma vez que compromete a estabilidade financeira futura (LUCCI, 2015).

Segundo os termos do Decreto Federal 7397/2010, deve existir uma articulação entre as entidades governamentais bem como entre os órgãos da sociedade civil, de modo a contribuir para a formação da cidadania e também para solidez e eficiência do sistema financeiro nacional.

Ainda segundo o entendimento contido no Decreto 7397/2010, a ENEF será desenvolvida por meio do Conselho Nacional de Educação Financeira – CONEF que atuará por meio da informação, formação e orientação e na promoção de ações gratuitas de educação financeira em parceria com a sociedade civil.

O Decreto Federal 7397/2010, prioriza o interesse público contido na ENEF, uma vez que acredita-se que o cidadão bem formado no que se refere ao planejamento financeiro, tem menores possibilidades de entrar em processo de

endividamento, bem como administrando bem seu dinheiro, tem maior poder de compra e capacidade de investir, fortalecendo a economia como um todo.

A ENEF é baseada principalmente no entendimento que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE tem sobre educação financeira. De acordo com o conceito da OCDE, a partir do momento em que os indivíduos tem um maior entendimento sobre os conceitos financeiros, aprendem a verificar com maior clareza sobre os riscos e as oportunidades de investir seu dinheiro. Desta forma, podem realizar escolhas mais bem-sucedidas e ter um maior planejamento com a estabilidade futura, sem comprometer suas finanças (SAVOIA et al., 2006).

Outro aspecto que justifica a utilização da ENEF é o fato de que países como uma economia estabilizada e forte como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia investiram muito na formação de cidadãos conscientes quanto à gestão de seu próprio dinheiro.

Sendo, portanto, um programa que envolve a formação e tendo em vista que, o Brasil, nunca desenvolveu ações visando a formação de seus cidadãos quanto ao planejamento financeiro, a ENEF é voltada tanto para crianças, quanto para jovens e adultos.

As crianças e jovens receberão ações de formação na área financeira dentro das escolas. Desta maneira, por meio de projetos implementados junto ao Ministério da Educação – MEC e com a colaboração de secretarias estaduais e municipais de educação, os estudantes poderão ter acesso à informação e poderão desde cedo construir competências que os permitam melhor administrar seu dinheiro quando ingressarem no mercado de trabalho, por exemplo.

Quanto aos adultos, os programas de formação poderão atingir esse público de vários modos como, por exemplo, por meio de informativos divulgados nos meios de comunicação, feiras, espaços culturais, fóruns e outros eventos feitos também em parceria com órgãos da iniciativa privada.

Pinheiro (2008) afirma que a educação financeira é importante em todas as fases da vida, conforme pode ser percebido abaixo:

A educação financeira pode ajudar as crianças a compreender o valor do dinheiro e ensiná-las a gerir orçamentos e a poupar. Proporciona aos estudantes e aos jovens competências importantes que lhes permitam viver de forma independente. Permite que os adultos planejem grandes acontecimentos para sua vida, como a compra da casa própria, o sustento da família, o financiamento dos estudos dos filhos e a preparação para a aposentadoria. (PINHEIRO, 2008, p. 6)

Desta maneira, de acordo com as reflexões realizadas por Pinheiro (2008), pode-se perceber que a capacidade e a habilidade do indivíduo para a gestão de suas finanças é fundamental para assegurar o bem estar conjunto de toda uma sociedade, assegurando principalmente uma melhor distribuição de renda. Os indivíduos que dominam conhecimentos na área financeira cooperam com a estabilidade financeira do sistema econômico, na medida em que selecionam produtos e serviços mais adequados ao seu perfil, estando menos propensos ao descumprimento de suas obrigações.

2.4 A importância do planejamento financeiro

De acordo com discussões realizadas por Lucion (2005), o planejamento financeiro pode ser conceituado da seguinte forma:

A expressão planejamento tem em seu significado literal o ato ou efeito de planejar; trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados; planificação, processo que leva ao estabelecimento de um conjunto coordenado de ações (LUCION, 2005, p. 144)

Lucion (2005) destaca que o planejamento financeiro assume um papel importante principalmente em economias que estão abaladas pela crise e que são capazes de apresentar uma série de variações. Desta forma a capacidade das

pessoas em prever eventos futuros e se precaver para estes determinará como tais variações irão afetar suas finanças.

Modernell (2012) aponta que em situações em que a economia está sofrendo bruscas variações, é muito importante que as pessoas aprendam a planejar situações que envolvem alocação de recursos a fim de evitar caírem em situação de endividamento e comprometimento de grande parte de seus recursos com pagamento de juros. Um planejamento financeiro dá à pessoa a possibilidade de comparar diversas situações, projetar situações futuras e, a partir disso, tomar as melhores e mais seguras decisões sobre seus negócios.

Lucion (2005) ainda continua suas discussões afirmando que o planejamento financeiro é importante uma vez que define metas a serem atingidas, examinando detalhadamente as características de cada produto e serviço a ser obtido e como este pode influenciar positivamente sobre as finanças individuais ou empresariais.

Modernell (2012) em suas discussões aponta que o planejamento financeiro, visto sob uma perspectiva mais sintética dá ao indivíduo a possibilidade de sobreviver a crises financeiras sem se endividar. Envolve um processo seguro de gestão dos recursos financeiros, de modo que não seja surpreendido por uma reviravolta negativa no mercado.

Assim, de acordo com o que pode ser percebido por Araújo e Souza (2012), o planejamento financeiro permite que exista um roteiro para coordenar e controlar diversas situações financeiras com a segurança necessária para atingir aos objetivos.

Ainda na visão de Araújo e Souza (2012), um bom planejamento financeiro envolve diversas situações hipotéticas em que se considera o que pode acontecer caso o que estava planejado não ocorra. Dentro do planejamento financeiro há, portanto, planos alternativos a serem seguidos, afim de minimizar os danos e impactos na saúde financeira do indivíduo.

3 METODOLOGIA

O estudo será realizado com auxílio de colaboradores técnicos e administrativos de uma empresa privada do setor elétrico.

Definição do Tipo de Pesquisa: A natureza da pesquisa deste trabalho apresenta um enfoque qualitativo, onde são levados como base de seu delineamento as questões ou problemas específicos, adotando a utilização de questionários e entrevistas, onde além de interpretar dados de forma descritiva.

Quanto aos objetivos do trabalho, serão utilizados como métodos de pesquisa as formas exploratória e descritiva. Estes métodos objetivam maior familiaridade com o problema, podendo envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado, como também investigar o “que é”, ou seja, descobrir as características de um fenômeno, através de levantamento de dados.

Definição de Hipótese da Pesquisa: A presente pesquisa abrange a relação da saúde financeiras de colaboradores técnicos de campo e administrativo de uma empresa do setor elétrico segundo sua formação e área de atuação.

Procedimento de Coleta e Análise de Dados: Em um primeiro momento, por meio de pesquisa bibliográfica e documental em livros, revistas especializadas, jornais, internet, leis. Através deste material, foi desenvolvido inicialmente um panorama sobre a educação financeira nas escolas brasileiras. Em seguida foi trabalhada a questão da necessidade e da importância desse tema na vida dos futuros profissionais, famílias e sociedade como um todo.

Para finalizar, foi desenvolvido através da consulta de sites, relatórios econômicos e principalmente da própria conversa com participantes ativos, um estudo de caso dentro da empresa, para atingir os objetivos propostos inicialmente.

Após as fases de pesquisa, coleta e análise de dados, foram feitas as interpretações descritivas e exploratórias que culminaram com as conclusões necessárias para que os objetivos propostos no início deste presente trabalho monográfico pudessem ser alcançados.

Limitação da Pesquisa: Esta pesquisa serve para identificar como trabalhadores lidam com suas finanças pessoais, ou seja, analisar a saúde e gestão financeira pessoal de colaboradores de nível médio de uma empresa privada do setor elétrico no Rio de Janeiro.

3.1 O caso Light

O grupo Light S.A. é formado por empresas dos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia. Todas com o mesmo compromisso: ser referência no setor e colaborar com o desenvolvimento do Rio de Janeiro e do Brasil.

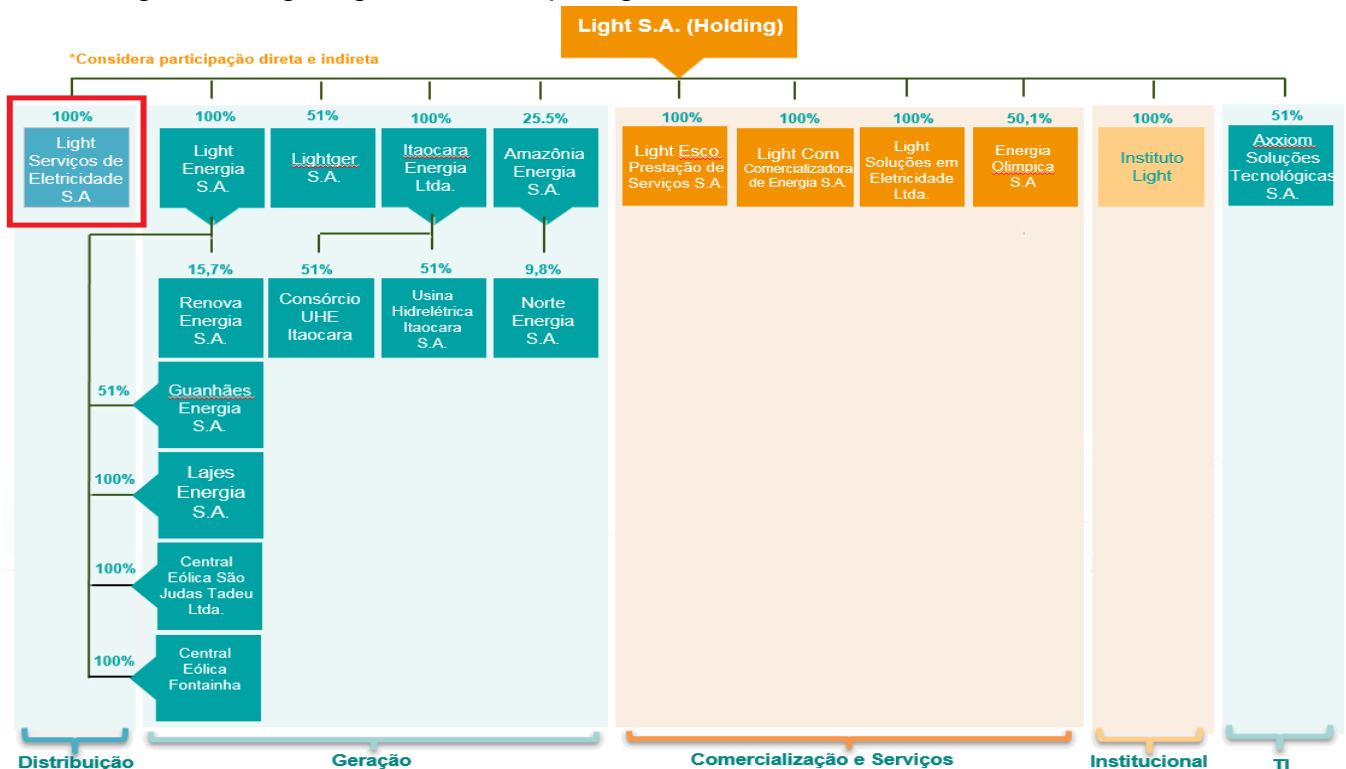
A empresa tem como missão: Prover energia e serviços com qualidade e de forma sustentável, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade.

Visão: Ser a melhor empresa do setor elétrico, reconhecida pela rentabilidade, eficácia na gestão e qualidade dos serviços.

Valores: Valorização da vida, Ética, Senso de dono, Simplicidade e Meritocracia.

Por ser uma concessionária de energia elétrica está submetida as normas e regras do órgão governamental regulador ANEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica, que tem a função, regular e fiscalizar a geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O órgão também é responsável implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos, estabelecer tarifas e promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, por delegação do Governo Federal.

Figura 1: Organograma do Grupo Light:

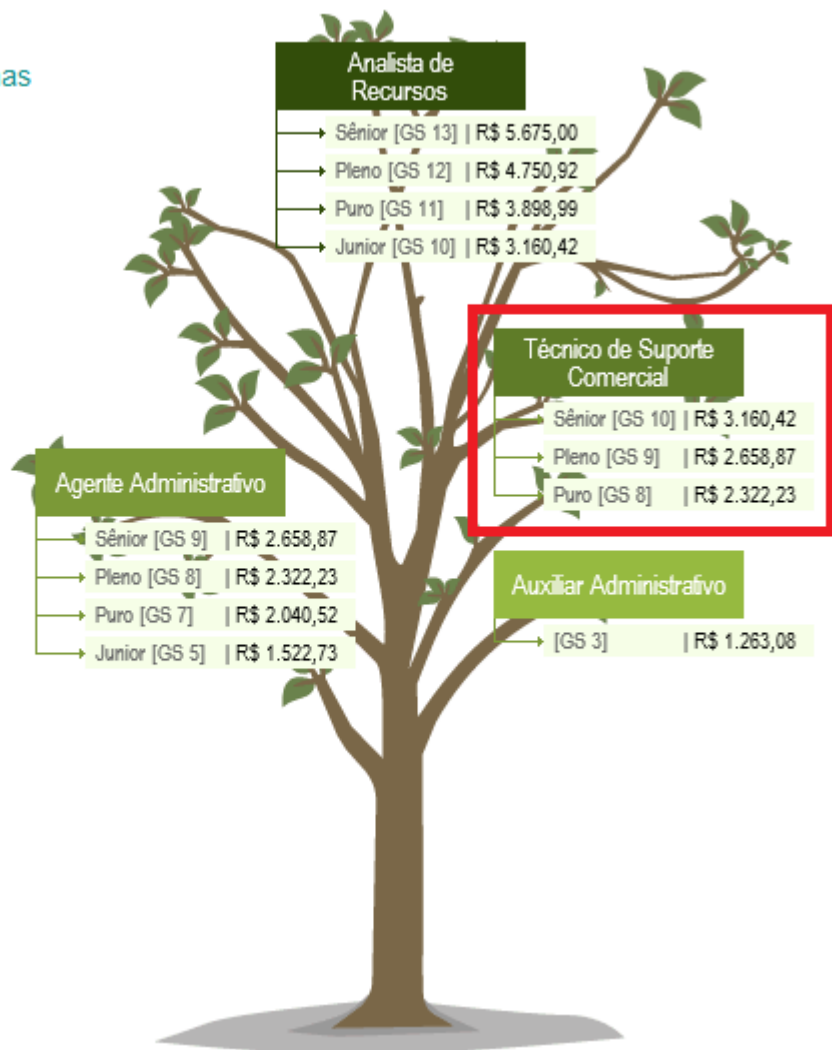


Os colaboradores da empresa são em sua grande maioria são técnicos de campo e administrativos, o que levou esse estudo a focar nesses funcionários que representam bem a classe trabalhadora do Brasil com remuneração de até 4 (quatro) salários mínimos (salário mínimo de R\$ 998,00 Decreto 9.661/2019 - vigência 01/01/2019).

Segue abaixo árvore de cargos e salários para melhor exemplificar o público alvo do estudo:

Figura 2: Árvore de Cargos e Salários – Administrativo

- Operacional
- Operacional Usinas
- Comercial
- Administrativo



* Salário referencial para 220 horas

* Base da Informação Salarial – Junho de 2019

* Os valores mencionados correspondem ao salário-base dos respectivos cargos

Figura 3: Árvore de Cargos e Salários – Área Técnica Operacional

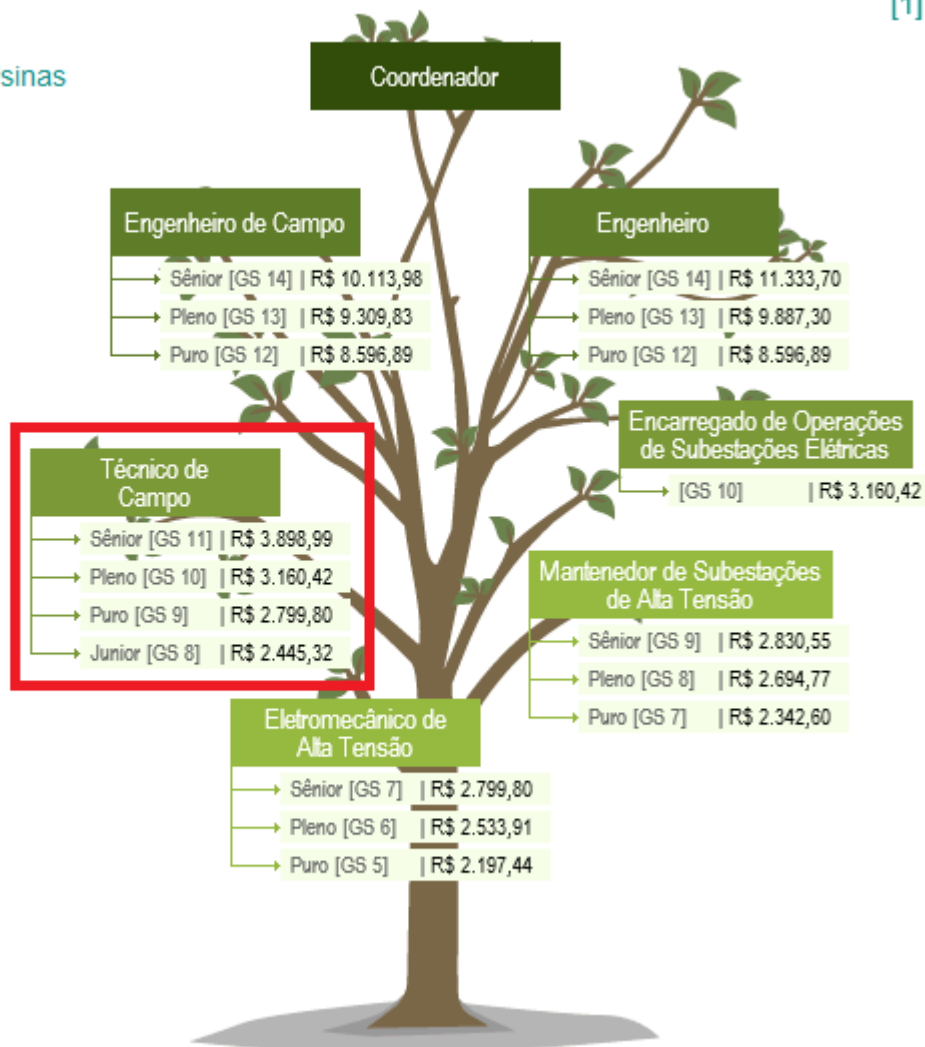
→ Operacional

→ Operacional Usinas

→ Comercial

→ Administrativo

[1]



* Salário referencial para 220 horas

* Base da Informação Salarial – Junho de 2019

* Os valores mencionados correspondem ao salário-base dos respectivos cargos

Neste estudo foram entrevistados através de um questionário com 14 (quatorze) perguntas sobre o perfil financeiro, um total de 30 (trinta) funcionários da empresa do setor elétrico, sendo 15 (quinze) técnicos de campos e (15) técnicos administrativos entre 20 e 30 anos.

Após análise das informações, mesmo a média de salário sendo levemente maior para os técnicos de campo, é nítida a discrepância na forma de lidar com seu próprio dinheiro. Abaixo seguem dados coletados a respeito da educação financeira:

- Dos entrevistados apenas 40% disseram ter contato com a educação financeira e gestão financeira pessoal no ensino médio mesmo que

superficial. Estes foram justamente aqueles que cursaram administração ou contabilidade na escola técnica;

- Dos 60% que não tiveram contato com educação financeira em seu ensino médio/técnico, 10% tiveram a proximidade de por estar num ambiente de trabalho que lida com finanças ou contabilidade;
- 50% dos entrevistados nunca tiveram contato com finanças pessoais seja em sua formação acadêmica ou em seu ambiente de trabalho, justamente por serem colaboradores técnicos de campo;
- 70% dos candidatos não buscam informações a respeito de como melhor administrar o seu dinheiro;
- Apenas 30% buscam pesquisar na internet ou conversar com amigos e familiares;

Infelizmente evidenciamos que dos entrevistados apenas aqueles que possuem uma formação acadêmica com féis financeiro ou contábil tiveram contato com a gestão financeira pessoal em seu ensino médio devido ao curso técnico em Administração/Contabilidade ou em seu ambiente de trabalho.

A falta de interesse em buscar formas de melhorar a gestão financeira pessoal atinge a grande maioria dos entrevistados, o que nos leva a crer que mesmo os que trabalham no mundo financeiro ainda tem muito o que aprender com relação administração de gastos, poupança e investimentos.

Dando continuidade à pesquisa constatamos que:

- 30% dos entrevistados já teve ou está com o “nome sujo” no SPC, SERASA, CADIM, entre estes, 90% são colaboradores de campo;
- Os 10% dos colaboradores administrativos que estiveram ou estão negativados, disseram em entrevista ter chegado nessa situação devido ao consumo exagerado de bens e serviços sem a real necessidade;
- 65% dos entrevistados realizam suas compras a vista, deixando as compras com cartão de crédito para os bens e serviços mais caros onde há a possibilidade de parcelamento;
- 30% dos entrevistados realizam a maioria das suas compras com cartão de crédito, visando postergar os pagamentos para uma data próxima ao recebimento do salário. Dentre estes apenas 50% se preocupam com

os juros do cartão devido ao parcelamento, dentre eles 90% são técnicos administrativos;

- Apenas 5% utilizam o cheque-especial como forma de pagamento, mesmo ciente de que está não é a melhor opção, acarretando em juros extremamente altos, 90% são técnicos de campo;
- 75% dos entrevistados acompanham as suas dívidas através de faturas e boletos;
- 5% dos colaboradores acompanham de planilhas eletrônicas e aplicativos de celular, dentre estes 100% são técnicos administrativos;
- 20% dos colaboradores anotam suas dívidas e acompanham seus gastos anotando em cadernos e controles próprios de papel;

O consumo displicente de alguns colaboradores, acabam por leva-los ao endividamento, ou seja, comprometem a maior parte da sua renda com dívidas, e sair desta situação é bem difícil caso a pessoa não mude o seu comportamento. Uma boa alternativa para este problema é entrar em contato com os bancos e financeiras para tentar negociar a dívida, diminuir os juros e diluir os débitos a longo prazo.

Outro ponto importante é que a maioria dos entrevistados acompanham suas dívidas através de faturas e boletos, o que pode ser perigoso caso as contas não sejam com valores fixos, como por exemplo o cartão de crédito que está diretamente relacionando ao uso/consumo em determinado período. Manter um controle rígido e um bom acompanhamento dos seus gastos é de extrema importância para sua saúde financeira.

Com relação a reversa de emergência e investimentos tivemos os seguintes resultados:

- 70% dos entrevistados reservam dinheiro para possíveis emergências;
- Os 30% não reservam dinheiro, pois, sua renda está comprometida com dívidas e o pouco que lhes resta é para consumo próprio durante o restante do período até o próximo pagamento;
- Dos 70% que reservam dinheiro, 90% investem esse dinheiro na poupança para que haja algum rendimento ao longo do período no qual o dinheiro não será utilizado;

- Dentre os 10% que reservam dinheiro, porém, não realizam investimentos e nem aplicações financeiras, simplesmente deixam o dinheiro na conta corrente ou guardam em casa;
- Dos 70% que reservam dinheiro, apenas 5% utilizam entre 11% e 20% da sua renda bruta para poupar, os outros 95% reverbam até 10% da sua renda bruta;

Ao decorrer do estudo, iremos discutir mais a fundo sobre o comportamento do consumidor, a expansão do crédito e como isso afeta o grau de endividamento da população e a importância de se poupar para poder investir, afim de explicar como a pesquisa evidencia os conceitos estudados neste trabalho.

4 CONSUMISMO E ENDIVIDAMENTO

Os estudos sobre o comportamento do consumidor tiveram início por volta da década de 30, quando John Maynard Keynes apresentou conjecturas a respeito de como o consumo determina necessariamente a evolução de uma economia. Este economista propôs que a renda é o determinante principal sobre o consumo. Keynes também propôs que, quando uma pessoa ganha uma determinada unidade de moeda, ela geralmente gasta uma parte e poupa outra, pensando em seu futuro (BATISTELLA, 2014).

O comportamento do consumidor parte sempre de uma relação entre consumir e poupar. De acordo com as reflexões de Batistella (2014), o modelo proposto por Fisher sobre o comportamento do consumidor mostra que, quando o consumidor consome mais hoje ele estará poupando menos, o que necessariamente compromete seu consumo no futuro. Pela lógica de Fisher, o que se poupa hoje será consumido amanhã.

Ainda segundo as discussões realizadas por Batistella (2014), o comportamento do consumidor deve ser definido com base na renda que esperam ter ao longo de toda a sua vida e não apenas com base em sua renda atual.

Tendo esses parâmetros em vista, ao longo deste capítulo pretende-se realizar algumas discussões a respeito do comportamento do consumidor e os aspectos que influenciam tal comportamento. Inicialmente procura-se definir quais são as reais necessidades do consumidor no que se refere ao consumo e, em um segundo momento, evidencia-se principalmente as relações que acontecem entre o

consumismo de supérfluos, a falta de planejamento financeiro e o processo de endividamento.

4.1 As necessidades do consumidor

Ao abordar sobre o comportamento do consumidor e as necessidades por ele apresentadas, Ferreira (2008) aponta que a forma como um consumidor define sobre o que precisa é baseada principalmente em modelos. De acordo com esse ponto de vista, as decisões que são realizadas não conduzem necessariamente para uma meta de maior ganho.

Percebido sob um enfoque neoclássico, todos os comportamentos do agente econômico são voltados para aumentar seus ganhos individuais. Quando por sua vez, um erro é cometido e acontece um prejuízo isso leva-o a não mais repeti-lo devido ao fato de que esta contrariou suas necessidades (FERREIRA, 2008). Esta teoria neoclássica procura aproximar o comportamento desse agente econômico e suas necessidades para o comportamento do consumidor, contudo, não é isso que acontece na prática.

Batistella (2014) destaca que o consumidor em seu processo de compra é guiado principalmente pelo sentimento de busca da felicidade, por meio da aquisição de bens materiais. De acordo com o que é discutido por esse autor, aquele homem racional que age sempre buscando aumentar sua lucratividade segundo modelos econômicos não é igual ao que acontece na realidade, tendo em vista que a mídia também explora o lado comportamental do consumidor e influencia em suas decisões de compra.

De acordo com o que explica Batistella (2014), a Teoria da Economia Neoclássica se tornou insuficiente para explicar o comportamento do consumidor e como este tem agido para satisfazer necessidades, surge então, a partir da década de 80, uma nova teoria, chamada de Economia Comportamental, que utiliza conhecimentos do campo da psicologia para explicar sobre o comportamento do consumidor na prática.

Nessa sua busca pela felicidade, o consumidor busca alocar recursos ilimitados para satisfazer desejos, necessidades e prazeres, contudo, seus recursos são limitados. Desta forma o consumidor busca atingir uma satisfação máxima, sempre

com relação à renda disponibilizada. Nesse sentido, quando se fala em necessidades do consumidor há um processo complexo, tendo em vista que elas irão variar de acordo com a renda obtida por cada um.

Nesta perspectiva, Batistella (2014) sintetiza suas ideias sobre o consumidor da seguinte forma:

A escassez no problema do consumidor é representada pela restrição orçamentária. A restrição orçamentária representa o quanto de dinheiro que o consumidor tem disponível para gastar em um determinado período e o que ele consumir de bens e serviços não pode exceder esse valor. A reta orçamentária é a reta onde o consumidor esgota sua renda, ou seja, toda renda recebida no período é gasta na compra de bens e serviços (BATISTELLA, 2014, p. 6)

De acordo com a visão de Batistella (2014), as pessoas apresentam um desejo de gratificação imediata. Isso significa consumir hoje e não esperar pelo amanhã quando o consumo seria mais recomendável. Esta seria uma das principais causas que explicam o fato de que as pessoas acabam poupando menos do que deveriam e, com isso, comprometem suas finanças no futuro.

4.2 A propensão ao consumo

O consumo de uma população é um aspecto importante de ser considerado uma vez que é responsável pela movimentação da economia, pela geração de empregos e renda. De acordo com reflexões feitas por Slomp (2008) um dos acontecimentos que tem possibilitado maior consumo da população tornando o consumo mais acessível para as pessoas com renda baixa são as facilidades de aquisição de crédito que vem sendo oferecidas no mercado atualmente como o crédito consignado e o financiamento para a aquisição de bens.

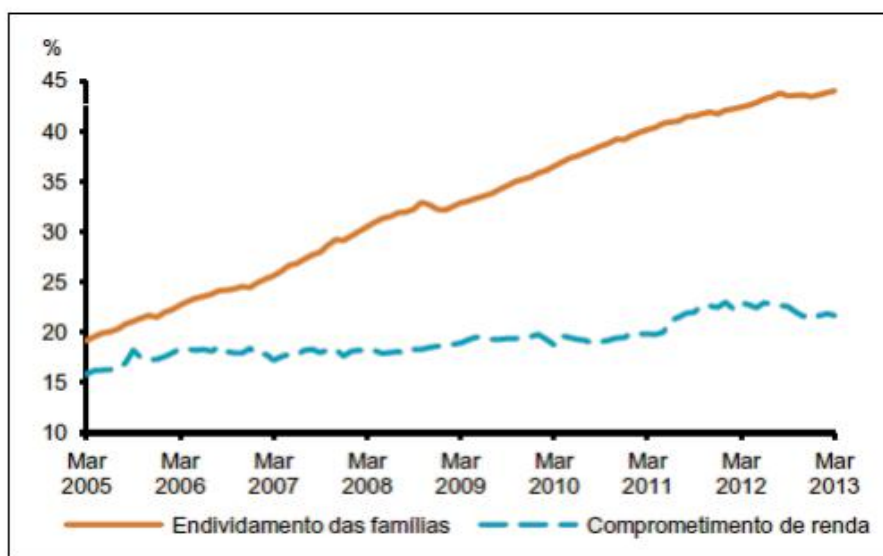
Slomp (2008) destaca que os serviços de crédito estão cada vez mais comuns e se apresentam de diferentes modalidades no mercado, para isso, cita o cheque especial, empréstimo pessoal, cartão de crédito, crédito direto ao consumidor, crédito consignado, leasing são diversas formas com as quais o consumidor tem conseguido crédito para aumentar seu poder de compra numa dada situação.

O crédito para pessoa física é um importante instrumento para sustentação do nível de atividade econômica, uma vez que ele amplia as possibilidades de consumo das famílias e, com isso, movimentada toda a economia de bens e serviços (BATISTELLA, 2014).

Além da ampliação do sistema de crédito, o consumo das famílias também está ligado a uma maior estabilidade da economia com aumento dos níveis de emprego e renda. Contudo, mudanças na macroeconomia, podem repercutir em um endividamento e, com isso, maior comprometimento da renda familiar com o pagamento de juros.

A Figura 4, nos mostra sobre os níveis de endividamento das famílias brasileiras no período de 2005 a 2013.

Figura 4: Endividamento das famílias brasileiras



Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

Conforme pode ser percebido na Figura 4, no período de 2005 a 2013 houve um aumento significativo do número de famílias com algum tipo de endividamento. Contudo, pode-se observar que o comprometimento médio da renda com pagamento de dívidas não houve expressivo aumento.

Contudo, o aumento da quantidade de famílias endividadas é preocupante uma vez que interfere negativamente sobre o poder de compra dessas famílias. O processo de endividamento será discutido no próximo tópico.

4.3 A expansão de crédito e o endividamento

Batistella (2014) ressalta que nos últimos anos, houve um considerável aumento no processo de crédito. É cada vez mais fácil para as pessoas realizarem financiamentos e sistema de crédito consignado. Contudo, esse processo de financiamento de uma dívida a longo tempo, pode comprometer o poder de compra do consumidor uma vez que uma parcela maior de sua renda é revertida com o pagamento de juros.

Slomp (2008) destaca que em compras realizadas por meio do crédito, o consumidor não imagina situações inesperadas em que possam existir dispêndio monetário ou situações em que há interrupção no recebimento da renda. Nesses casos, quando a pessoa encontra-se sem condições de pagar a dívida, seus encargos acabam por criar um efeito bola de neve, tornando a dívida maior ainda.

Batistella (2014) ressalta que o processo de endividamento da população também está ligado à mídia fazendo com que o consumidor realize contratos de empréstimos por impulso, sem avaliar as regras contratuais, desconhecendo os riscos da contratação deste tipo de serviço.

Desta maneira, o que se pode perceber sobre o processo de expansão de crédito é o fato de que ele deve ser utilizado com moderação. Se as facilidades de obtenção de crédito dão uma maior agilidade na obtenção de um bem a curto prazo, satisfazendo às necessidades momentâneas de uma sociedade consumista, suas consequências a longo prazo são consideráveis, principalmente porque podem conduzir as pessoas a uma situação insustentável de endividamento.

Slomp (2008) ressalta em seus estudos que encontrar pessoas endividadas é uma situação bastante frequente no dia a dia. Endividar-se, por sua vez, significa não poupar, é sinônimo da situação de que o consumidor cede a um desejo de satisfação imediata sem considerar os custos e consequências dessa ação.

Sobre esse aspecto, podemos destacar o seguinte:

O consumidor muitas vezes calcula apenas se a parcela cabe no seu orçamento e se couber ele realiza a compra sem se dar conta de que utiliza o mesmo raciocínio, simultaneamente, para diversas outras compras financiadas, comprometendo, dessa forma, seu rendimento com prestações que poderá ter dificuldade para pagar (BATISTELLA, 2014, p. 59).

Ferreira (2008) avalia também que o problema do endividamento não está relacionado apenas ao comportamento do consumidor em si, mas também a diversos outros fatores de ordem social como, por exemplo, um número grande de filhos, empregos precários ou desemprego e falta de competência para administrar o próprio dinheiro.

Outra situação que pode conduzir ao endividamento, de acordo com Ferreira (2008) é a questão da identificação social. Nesse caso, os indivíduos têm um grupo de referência e, se esse grupo de referência tiver padrões de consumo muito altos, quando o indivíduo tenta equiparar-se, ele pode afundar em dívidas.

Slomp (2008) ressalta que existem dois tipos de endividamento. O endividamento é chamado ativo quando uma pessoa persiste continuamente em processos que conduzem a dívidas como compras compulsivas, ou aqueles que recorrem ao crédito para manterem um padrão de vida superior ao que sua renda admite. O endividamento passivo é aquele que se origina de imprevistos como a perda do emprego, um gasto inesperado com saúde ou acidentes.

Batistella (2014) ao apontar uma pesquisa feita pela Confederação Nacional do Comércio em 2013, ressalta que a maioria das famílias que se encontram endividadas atribuíram ao cartão de crédito como a principal causal do endividamento (78%), o financiamento de carro foi apontado por 12,6% das famílias endividadas. Os dados dessa pesquisa corroboram com a afirmação de que as facilidades de expansão de crédito têm contribuído para que as famílias cedam mais facilmente ao desejo de adquirir bens e, em seguida, não consideram as consequências que essas ações no crédito podem comprometer em seu orçamento.

Na pesquisa realizada foi possível identificar que dentre os colaboradores que utilizam o cheque especial ou cartão de crédito para realizar compras 90% deles comprometem mais de 61% de sua renda com dívidas, o que os leva ao ciclo vicioso de endividamento e pagamento de juros a curto prazo. A abertura e aumento de crédito deve ser administrada com muita cautela para não entrar na estatística de negativados no SPC, SERASA e CADIN.

5 POUPAR PARA PODER INVESTIR

O que se pretende defender ao longo desta sessão refere-se ao fato de que a taxa de poupança de uma determinada população está diretamente ligada ao seu potencial para investir e obter uma maior lucratividade no futuro. Por sua vez, se uma população não tem esses fundos para investir (se não poupa) há um consecutivo processo de risco para o endividamento, principalmente diante de um cenário de crise.

Ferreira (2015) destaca em suas discussões que poupar trata-se de deixar de gastar uma certa quantidade no presente e economizá-la para gastar futuramente. Assim o que se pode dizer é que ao poupar, o indivíduo troca o consumo presente pelo consumo futuro. Ter uma poupança é importante uma vez que ela define as possibilidades de investimento de uma pessoa e tais investimentos estão, por sua vez, ligados à geração de novos empregos e renda que acontece principalmente pela manipulação do dinheiro poupado em instituições do sistema financeiro.

Desta maneira, ao longo do presente tópico ressalta-se como a propensão a poupar torna-se uma atitude desejável às pessoas, uma vez que possibilita que estas tenham fundos de reserva para gastarem no futuro e até mesmo em momentos de crise.

5.1 A importância da propensão a poupar

De acordo com as argumentações de Ferreira (2015), o hábito de poupar ainda não é algo generalizado no Brasil. O país passou por momentos econômicos bem delicados, com altas taxas de inflação e, como consequência disso havia dificuldades para o planejamento financeiro e também para o desenvolvimento do hábito de poupar.

Com o plano real, houve um controle das taxas de inflação no Brasil o que consecutivamente trouxe uma maior estabilidade à economia. Com isso, as pessoas tiveram aumentado seu poder de compra, podendo adquirir mais facilmente seus bens de consumo como eletrodoméstico, automóveis, casa própria cujas condições de uma economia sem estabilidade não oferecia possibilidade de obtenção (FERREIRA, 2015).

As melhorias nas condições da economia, com maior geração de emprego e consecutivamente melhoria da renda, o brasileiro passou a ser melhor remunerado, contudo, o investimento de sua renda continuou sendo apenas em virtude do consumo, sem criar o hábito de poupar. Obviamente isso se deve à ausência de um sistema de educação financeira a fim de conscientizar as pessoas sobre a necessidade de poupar uma parte daquilo que recebem.

Mourão (2015) ressalta que em Economia, usa-se o conceito de Propensão Marginal a Poupar (MPS) e ele descreve um aumento na poupança decorrente principalmente do aumento de renda da população. Desta maneira, se o MPS de um dado país aumenta com o tempo, significa que está acontecendo um aumento da população empregada ou que realizam atividades remuneradas e, portanto, com o aumento da renda, as pessoas têm oportunidade de economizar mais.

Ainda de acordo com as discussões realizadas por Mourão (2015), a MPS indica a quantidade média de renda das famílias que é destinada a poupança. Como exemplo, se a MPS for igual a 0,25, significa que 25% da renda familiar é destinada à poupança.

Por fim, Mourão (2015) aponta que a MPS apresenta cálculos que são bastante teóricos e podem não expressar adequadamente as diversidades existentes em um país como o Brasil, porém é um indicativo se está acontecendo crescimento na economia e aumento de renda da população.

Oliveira et al. (2008) argumenta que a importância da manutenção de capital e poupança advém do fato de que as pessoas se tornam mais confiantes para enfrentar momentos de crise tanto em escala macroeconômica que afeta o país como um todo como para questões mais individualizadas como a perda de um emprego ou uma questão de saúde na família.

Fica claro que para podermos poupar devemos ter em mente que aquele dinheiro no qual estamos reservando, poderá ser bem utilizado e investido futuramente, conseqüentemente nos trará um bom retorno e uma maior garantia em casos de emergência, evitando endividamentos e mantendo o equilíbrio financeiro. O que não acontece com os técnicos de campo que acabam por comprometer a maior parte da sua renda com dívidas e gastos desnecessários.

5.2 A poupança e Investimentos de baixo risco

Pode-se dizer que consumir é importante e necessário, contudo é preciso que esse consumo seja em prol da melhoria da qualidade de vida da população. É igualmente importante que a população também desenvolva o hábito de poupar, uma vez que esse hábito diminui o risco de as pessoas caírem em situações de endividamento, uma vez que as pessoas que possuem uma quantia poupada podem enfrentar mais facilmente imprevistos financeiros.

Oliveira et al. (2008) ressaltam que um ato de poupança individual não significa que consumidor substitui seu consumo presente por um consumo futuro. O que acontece necessariamente é que o consumidor reduz a expectativa de consumo e, como isso, força uma queda nos preços. Desta maneira, pode-se dizer que um aumento nos níveis de poupança implicará uma aceleração do crescimento, embora também exista influência de fatores tecnológicos, produtividade da mão de obra e outros fatores técnicos.

Uma poupança deve ser constituída de acordo com a renda de cada pessoa. É muito importante que cada um faça um planejamento do que ganha, do que gasta e daquilo que pode poupar. Nesse sentido, a poupança não deve ser encarada como uma privação de necessidades básicas, ela deve ser utilizada também quando a pessoa necessitar, ou seja, diante de um imprevisto ou quando a pessoa tem as devidas condições financeiras de realizar um sonho de consumo.

De acordo com os estudos de Oliveira et al. (2008), não se pode ter uma noção simplista de que a simples acumulação de renda (poupança) é suficiente para garantir o crescimento econômico, há outros fatores que devem ser considerados, principalmente a eficiência no investimento, que deve ter um custo barato e a melhor produtividade possível. Nesse sentido, os autores destacam como exemplo, que a queda de crescimento da economia nos anos 80 deve-se principalmente ao fato de que os investimentos se tornaram caros e pouco produtivos.

É muito importante ressaltar que um investimento é influenciado diretamente pela incerteza quanto ao benefício futuro, assim, quando uma economia encontra-se instável, o nível de investimento daqueles que poupam também é afetado pela desconfiança quanto à flutuabilidade do mercado.

Oliveira et al. (2008) ressaltam que, quando um país não possui capacidade de gerar internamente os recursos necessários para financiar o investimento, torna-se necessária a importação de poupança exterior. Esse fato aconteceu no Brasil principalmente na década de 80, sendo essa redução da poupança interna devida à despoupança do governo e redução nos níveis de poupança privada, com isso, a tendência foi o crescimento da importação de poupança.

Esse déficit nas transações gera um desequilíbrio, aumentando a dívida pública, diminuindo o financiamento e a necessidade do país de transferir recursos reais para o exterior, aumentando ainda mais a crise financeira interna.

O que se pode perceber, portanto, é que a poupança é um fator que influencia diretamente sobre o crescimento de uma economia, auxiliando no investimento e no crescimento da economia e em sua estabilidade.

Assim, para Oliveira et al. (2008) a geração de poupança a nível das famílias é algo essencial para que haja possibilidade de crescimento econômico, embora, como estes mesmos autores afirmam, as elevadas taxas de poupança não sejam o único fator responsável por esse crescimento. O Estado, por sua vez, tem a obrigação de manter um padrão no processo de geração de emprego e renda a fim de assegurar que exista uma estabilidade da economia e, por sua vez, as famílias tem maiores possibilidades de agregar uma maior quantidade de dinheiro na poupança e nos investimentos futuros.

Esses autores, destacam em seu estudo que, as famílias são conscientizadas a dividir a satisfação de seus desejos correntes (consumo) com a satisfação de seus desejos futuros (poupança) aumenta-se também o nível de poupança. Segundo esse aspecto, a poupança depende não somente do aumento da renda da população (quanto mais se ganha mais se poupa) como também da conscientização sobre como e quanto deve ser poupado, neste caso, a educação financeira exerce um papel fundamental.

Como apenas 70% dos entrevistados reservam dinheiro para possíveis emergências e destes 90% depositam na poupança e 100% dos candidatos desconhecem outros tipos de investimentos de baixo risco. Esses dados nos fazem entender que não basta apenas saber gerir seu dinheiro como também é importante saber investir e aplicar os seus recursos, afim de se obter um ganho financeiro maior com riscos praticamente nulos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de recursos financeiros precisa ser abordada de maneira constante e consciente, por parte do governo e da população, em meio ao cenário de mercados cada vez mais competitivos, enorme diversidade de produtos e incertezas político-econômicas. O conhecimento das finanças pessoais se faz válido por nortear decisões mais acertadas acerca do planejamento financeiro das pessoas, buscando melhorar a qualidade de vida das mesmas e minimizar os possíveis percalços.

O que acontece atualmente é que o processo de educação financeira é desenvolvido de acordo com as experiências diárias. Por meio da tentativa e erro, as pessoas aprendem o que não devem fazer e o que devem fazer para não ficarem endividadas. O ideal é que isso fosse estudado em um ambiente de aprendizagem, de modo que todos tivessem habilidades para realizarem seu planejamento orçamentário.

O que se pode dizer, portanto é o fato de que o planejamento financeiro fixa padrões e metas e permite obter informações e comparar os planos de modo que o sistema atinja uma situação esperada. Essa situação deve envolver a obtenção e consumo de recursos, a lucratividade e as flutuações do mercado que podem levar a alterações sobre essas primeiras variáveis.

O que não se pode esperar, tendo em vista todas as evidências apresentadas pela Economia Comportamental é que as pessoas, atuem sempre de modo racional. Fatores culturais, sociais e emocionais atuam de forma direta sobre as decisões financeiras tomadas por um consumidor. Esse é o melhor tipo de comportamento que explica porque motivo as pessoas compram por impulso e acabam se encontrando em uma situação de endividamento.

Foi de extrema relevância o estudo de caso realizado para evidenciar a necessidade de termos em nossas escolas o tema da educação financeira, planejamento financeiro e familiar, pois uma sociedade de consumo consciente e financeiramente saudável tem maior propensão ao crescimento, desenvolvimento e prosperidade.

REFERÊNCIAS

AMADEU, J. R. **A Educação Financeira e sua Influência nas Decisões de Consumo e Investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE: Presidente Prudente/SP, 2009.

ARAÚJO, F. E. L.; SOUZA, M. A. P. **Educação Financeira para um Brasil sustentável. Evidências da atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão**. Brasília: Departamento de Estudos e Pesquisas, 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf> > acesso 02 out 2016.

BATISTELLA, C. **Consumo e endividamento na classe média brasileira no início do século XXI**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2014 (Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - **DECRETO Nº 9.661, DE 1º DE JANEIRO DE 2019**, publicado em: 01/01/2019 || Página: 15. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510734/do1esp-2019-01-01-decreto-n-9-661-de-1-de-janeiro-de-2019-57510684. Acesso em 03 out 2019

BRASIL, Decreto nº 7.397 de 22 de dez. de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro 2010.

BRASIL, Gioconda. **Aumenta número de brasileiros inadimplentes**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/06/aumenta-o-numero-de-brasileiros-inadimplentes-diz-spc.html>. Acesso em 03 out 2016

Programa Cidadania Financeira - Educação, proteção e inclusão financeira da população brasileira. Disponível em: <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/>

O Programa de Educação Financeira. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fpef%2Fport%2Fpefpublicoexterno.asp>. Acesso em 03 out 2019

FERREIRA, H. N. **A importância de poupar**. 2015. Disponível em: <http://educacaofinanceira-professorhelio.blogspot.com.br/2010/11/importancia-de-poupar.html>. Acesso em 20 abr 2017.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. **Guia de Economia**. São Paulo: Campus, 2000.

LUCCI; C. R. **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimentos e investimentos dos indivíduos**. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhospdf/266.pdf f>. acesso em: 04 out 2016.

LUCION, C. E. R. Planejamento financeiro. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. V. 1, n. 3, p. 142-160, mar/mai 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MODERNELL, Álvaro. **Afinal, o que é educação financeira?** 2012. Disponível em: <http://www.maisativos.com.br/site/artigo-afinal-o-que-e-educacao-financeira/> Acesso em: 21 set 2016.

MOURÃO, J. **Como calcular a propensão marginal a poupar**. 2015. Disponível em: http://www.ehow.com.br/calcular-propensao-marginal-poupar-como_293124/. Acesso em 01 mai 2017.

OLIVEIRA, F. E. B.; BELTRÃO, K. I.; DAVID, A. C. A. **Previdência, poupança e crescimento econômico: interações e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

PERETTI, L. C.. **Educação financeira na escola e na família**. 2 ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. In: Fundos de Pensão e Mercado de Capitais. São Paulo: Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, 2008

SAVOIA, J.R.F.; SAITO, A. T.; PETRONI, L. M. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. In: Seminário em Administração, 9., 2006, São Paulo. Anais... Disponível em:<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>. Acesso em: 21 set 2016.

VERDINELLI, Miguel A; LIZOTE, Suzete A; **Relações entre Finanças Pessoais e as Características dos Estudantes Universitários do Curso de Ciências Contábeis**. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade, 2014

Informações sobre **O GRUPO LIGHT**. Disponível em: <http://www.light.com.br/grupo-light/SitePages/default.aspx> Acesso em: 01 out 2019.

ANEXOS A - PESQUISA SOBRE O PERFIL FINANCEIRO

Pesquisa sobre o Perfil Financeiro

Esta é uma pesquisa sobre a importância da Educação Financeira. Trata-se de um estudo de conclusão de curso de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É muito importante a sua colaboração, de modo que o sigilo será mantido em relação às suas respostas.

PARA ÀS QUESTÕES FECHADAS MARCAR **APENAS UMA RESPOSTA**.

1. Qual sua formação técnica?

- (1) Eletrotécnico.
- (2) Técnico em Administração.
- (3) Técnico em Contabilidade.

2. Qual sua área de atuação dentro da empresa?

- (1) Contabilidade.
- (2) Tesouraria.
- (3) Financeiro.
- (4) Medição.
- (5) Baixa ou Alta Tensão.
- (6) Corte e Religa

3. Indique sua faixa salarial?

- (1) 1 a 2 salários mínimos.
- (2) 2 a 3 salários mínimos.
- (3) 3 a 4 mais salários mínimos.
- (4) 4 ou mais salários mínimos.

4. Qual seu primeiro contato com educação financeira pessoal?

- (1) Escola.
- (2) Curso Técnico.
- (3) Trabalho.
- (4) Amigos e Familiares.
- (5) Outros.

5. Geralmente de que forma obtém o conhecimento sobre como administrar seu dinheiro?

- (1) Não busco esse tipo de informação, já sei tudo o que preciso.
- (2) Busco na internet.
- (3) Leio livros e outros a respeito.
- (4) Em conversas com a família.
- (5) Bate papo com os amigos

6. O que você pensa quando realiza uma compra?

- (1) Satisfação de um desejo.
- (2) Necessidade da compra.
- (3) Apelo da mídia.
- (4) Status.
- (5) Outros.

7. Ao realizar uma compra, você realiza por quê?

- (1) Está em promoção.
- (2) Tem necessidade.
- (3) É possível parcelar.
- (4) Tem crédito aprovado.
- (5) Irá ganhar pontos no cartão.
- (6) Outros.

8. Você está ou já esteve vinculado em cadastro de proteção de crédito? (SPC, SERASA, CADIN).

- (1) sim.
- (2) não.

9. Como realiza suas compras?

- (1) A vista.
- (2) Parcelo sem juros
- (3) Não me importo com os juros, pois são baixos.
- (4) Uso o limite do cheque especial.
- (5) Uso o cheque.
- (6) Trabalho com cartão de crédito.
- (7) Outros

10. Qual a porcentagem da sua renda líquida você compromete com dívidas?

- (1) 0 a 30%.
- (2) 31 a 60%.
- (3) 61% ou mais.

11. Como você acompanha seus gastos?

- (1) Não acompanho.
- (2) Anoto em um caderno.
- (3) Uso planilha digital.
- (4) Acompanho pelas faturas.
- (5) Outros.

12. Você reserva algum dinheiro para emergências?

- (1) Sim.
- (2) Não.

13. Você realiza algum investimento?

- (1) Sim.
- (2) Não.

14. Qual a porcentagem da sua renda você utiliza para investimentos?

- (1) Não tenho investimentos.
- (2) Até 10%.
- (3) Entre 11% e 20%.
- (4) Entre 21% e 30%.
- (5) Acima de 30%.

15. Qual tipo de investimento você realiza?

- (1) Poupança (Baixo Risco)
- (2) Tesouro Direto (Baixo Risco)
- (3) Renda Fixa
- (4) Renda Variável
- (5) Multimercado
- (6) Outros

Agradecemos pela colaboração!